

V.21 nº45 (2025)

REVISTA DA
**AN
PE
GE**

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia



A construção moderna do território no contexto da expansão da fronteira agrícola sobre a savana, no estado do Amapá

The modern construction of the territory in the context of the expansion of the agricultural frontier over the savannah, in the state of Amapá

La construcción moderna del territorio en el contexto de la expansión de la frontera agrícola sobre la sabana, en el estado de Amapá

DOI:10.5418/ra2025.v21i45.18320

CARLA FERNANDA ANDRADE COSTA AMARAL

Secretária Estadual de Educação do Estado do Amapá

RICARDO ÂNGELO PEREIRA LIMA

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

ORLENO MARQUES DA SILVA JÚNIOR

Universidade Federal do Amapá (PPGEO/UNIFAP)

V.21 nº45 (2025)

e-íssn : 1679-768X

RESUMO: O avanço da fronteira agrícola amazônica constitui-se como uma reafirmação da lógica econômica excludente que visa reproduzir e ampliar o processo de modernização do território. No Amapá para estruturar as ações do agronegócio na expansão da fronteira agrícola ocorrem alterações nas políticas de ordenamento de territórios constituídos originalmente por populações tradicionais, furtando-lhes o direito de posse. O objetivo deste estudo é analisar a produção do território amapaense em dois trechos das rodovias estaduais AP-070 e AP-340, entre os anos de 2000 e 2021. A metodologia fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, teórica, quantificação de dados de uso e cobertura da terra a partir de dados do projeto MapBiomas e dados do IBGE. Como resultado o trabalho comprova uma relação explícita entre a expansão da fronteira agrícola e a redução de áreas de savana, apresentando-se tanto em dimensões físicas quanto simbólicas produzindo territórios descontínuos e divergentes da construção histórico-social da população local.

Palavras-chave: produção; uso da terra; ação no Amapá.

ABSTRACT: The advancement of the Amazonian agricultural frontier constitutes a reaffirmation of the exclusionary economic logic that aims to reproduce and expand the territory's modernization process. In Amapá, in order to structure agribusiness actions in the expansion of the agricultural frontier, changes occur in the planning policies of territories originally constituted by traditional populations, robbing them of the right of ownership. The objective of this study is to analyze the production of the Amapá territory in two sections of the AP-070 and AP-340 state highways, between the years 2000 and 2021. The methodology was based on bibliographical and theoretical research, quantification of usage data and land cover based on data from the MapBiomas project and IBGE data. As a result, the work proves an explicit relationship between the expansion of the agricultural frontier and the reduction of savanna areas, presenting itself in both physical and symbolic dimensions, producing discontinuous territories that diverge from the historical-social construction of the local population.

Keywords: production; use; action in the Amapá.



RESUMEN: Au cours de la deuxième décennie du XXI^e siècle, l'Amazonie, à l'échelle nationale et internationale, présente différents mouvements et une convergence des flux qui renvoient à la connectivité interrégionale, reliant les fleuves et les autoroutes et formant un réseau urbain régional et international complexe, avec des liens multiples et des nœuds intermodaux. Dans ce contexte, l'objectif de cet article est d'analyser cette transformation de l'Amazonie, marquée par la densification de ses liens, et de représenter le réseau de transport qui relie les différentes fractions territoriales au continent. La recherche s'est appuyée sur des études bibliographiques et un important travail de terrain réalisé dans les différents modes de transport (fluvial, routier et aérien). La consolidation récente des infrastructures complète et permet une nouvelle connectivité, densifiant les infrastructures techniques, tout en intensifiant les flux de passagers et de marchandises et en générant des problèmes environnementaux.

Palabras-clave: production; use; action in the Amapá.

INTRODUÇÃO

O avanço da fronteira agrícola na Amazônia constitui-se como uma reafirmação da lógica econômica excludente que visa manter e reproduzir o processo de modernização do território nos moldes do capital com o amparo do Estado, através de programas de desenvolvimento regional e de fomento agrícola que construiu e constrói um espaço contraditório espelhado na lógica capitalista com base na acumulação de riquezas ante à desconstrução social das populações locais (Porto- Gonçalves, 2018; Santos, 2020).

Neste viés contraditório, o estado do Amapá, incorporado como uma nova fronteira agrícola¹ tem experimentado importantes mudanças decorridos cerca de 20 anos em um processo de produção do território para a reprodução do agronegócio, processo este que, em termos físicos tem se espalhado sobre a porção da segunda maior área contínua de savana da Amazônia, áreas outrora sinalizadas como “espaços vazios” e, portanto, propícios a acomodar as lavouras do agronegócio (Costa Neto, 2014; Lameira; Lima; Canto, 2020).

As áreas da savana amapaense localizam-se em uma estreita faixa no sentido norte-sul, com maior concentração na porção centro-sul do estado. O sentido norte-sul se estende do município de Calçoene a Macapá e a porção centro-sul trata-se de uma área menor, situada entre os municípios de

¹“Fronteira Agrícola” se constitui a partir de um conjunto de transformações decorrentes do uso do território, promovido pela dinâmica de acumulação de capital por diferentes atores hegemônicos que combinam distintas práticas espaciais e arranjos territoriais (Lima, 2020, p.80).

Mazagão e Laranjal do Jari (IEPA, 2008). A partir de 2002 houve fluxos direcionados para o plantio de grãos nestas áreas, todavia essa intervenção tem influenciado em mudanças estruturais na paisagem deste ambiente e suscitado demanda por terras para tal expansão, influenciando direta ou indiretamente no ser e viver dos sujeitos que ocupam historicamente tais áreas.

No que concerne a situação fundiária do estado, é uma herança do desmembramento das terras do Estado do Pará para a implantação do Território Federal do Amapá, e, da transformação desse em estado do Amapá ocorrida no ano de 1988. Essa última mudança não foi acompanhada do processo de transferências de terras da União para o Estado do Amapá e como possível consequência a este fato, há prática de procedimentos ilegais para a obtenção destas terras, sendo o principal mecanismo a *grilagem*², atingindo as populações que vivem nestes locais e que há anos reivindicam a posse definitiva (Chaves, 2021).

Assim, o objetivo deste artigo consiste em analisar a produção do território em dois trechos das rodovias estaduais AP-070/ e AP-340, entre os anos de 2000 e 2021. O recorte temporal deste estudo justifica-se pelo período de introdução de grãos no Amapá, que datam do início dos anos 2000 como também pelos arranjos no território para gestar estas atividades até meados de 2021. Para atingir este objetivo foi realizado levantamento teórico dos conceitos que embasam a pesquisa: território e fronteira agrícola e foram utilizados dados de uso e cobertura da terra do Projeto Mapbiomas e do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

REFERENCIAL TEÓRICO

Território

O diálogo estabelecido por Rubem Alves na obra *Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e a suas regras* (2000) inicialmente discorre uma metáfora entre uma receita e as teorias científicas, demonstrando que a ciência não progride quando os modelos são confirmados pela investigação, ao contrário, quando há alguma alteração nestes os cientistas são forçados a questioná-los e daí se encaminha o progresso. Assim, para construir um modelo faz-se uso não de materiais sólidos, como em uma receita, mas de conceitos (Alves, 2000). Mediante esse apontamento o conceito utilizado neste estudo parte da abordagem territorial; pois contempla o que a discussão propõe.

Claude Raffestin na obra *“Por uma Geografia do Poder”* (1993) exerce forte influência no conceito de território utilizado no Brasil. Para o autor as dinâmicas espaciais manifestadas no território

² A grilagem pode ser entendida como uma artimanha histórica utilizada no Brasil como uma forma de regularizar ilegalmente a terra, através da utilização de grilos (insetos da Ordem Orthoptera, da Família Gryllidae) para causar um aparente envelhecimento aos documentos fraudados, dando assim a impressão de uma certa temporalidade (Brasil, 1999).

são reflexos de uma construção geopolítica que se revela através de relações de poder incidindo em configurações e reconfigurações territoriais a partir das apropriações e usos do espaço geográfico. Assim, o autor estabelece que “o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (p. 143).

As contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999) no âmbito da construção do território na Geografia Agrária, dialoga em uma concepção de *desenvolvimento territorial desigual*, evidenciando as desigualdades internas do país. Constatação que vai contribuir para o entendimento e abordagem do território, que na sua concepção é síntese contraditória, em que o Estado tem a função de regulação.

Ainda segundo Oliveira (2016) existem dois processos monopolistas que estão no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização do território. Sobre o conceito de territorialização dos monopólios, entende que a territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura) (Oliveira, 2016, p. 127).

Para Oliveira o campo brasileiro está notadamente marcado por estas dimensões que influenciam na trajetória do campesinato no país, por meio de grandes empresas, podendo verificar o processo de monopolização do território, em que as empresas controlam o campo sem necessariamente produzir no campo, mas sim através de mecanismos de subordinação.

Marcelo Lopes de Souza em *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento* (1995) apresenta o território sendo fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 1995, p.78). Esclarece ainda que o território não pode ser “coisificado”, como outrora era recorrente nas abordagens clássicas, pois isso o condiciona a ser confundido como um “pedaço” qualquer da superfície terrestre ou um *substrato espacial material*, o que faz com que não se perceba que na qualidade de projeção espacial das relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem (Souza, 2015, p. 61).

Em *O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (2004) Haesbaert enfatiza a amplitude no conceito de território e que este, por se tratar de uma discussão que envolve a “espacialidade humana” acaba por ser abordado em outras áreas do conhecimento. Portanto pode ser considerado em três vertentes básicas: política ou jurídico-política, cultural (muitas vezes culturalista) e econômico (muitas vezes economicista). Sendo respectivamente a primeira conectada à noção de poder, não exclusivamente do Estado, a segunda o território visto como produto da apropriação/valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido e a terceira, o território como

fonte de recursos e entendido com relação às discussões capital-trabalho (Haesbaert, 2004).

Para Haesbaert é importante compreender o termo desterritorialização no mundo contemporâneo para entender os processos sociais que estão se desencadeando, entendendo que todo movimento de desterritorialização incide concomitantemente a um processo de reterritorialização e nesse sentido ratifica-se que o território assume um caráter múltiplo. Diante dessa compreensão o autor sugere que é importante superar a dicotomia material/ideal, ou seja, o território envolvendo ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é a parte indissociável destas relações (Haesbaert, 2004, p.42).

Milton Santos em “*A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*” (2002) faz breve referência a abordagem territorial, embora não haja centralidade da discussão de território em suas obras. Considerando isso, destaca-se que o autor considera que “a configuração territorial ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (Santos, 2002, p.62). Tendo em vista a importância das relações sociais, afirma ainda que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si (Santos *et al.*, 2008, p. 14).

Esta conotação da ideia de território estabelecida pelo autor, exhibe um território conectado ao valor simbólico, em que as relações não se limitam ao espaço físico em si (o chão), mas partem e se ampliam a partir de uma ótica mais abrangente, ressaltando assim a importância das relações sociais, ou seja - o chão mais a identidade. Para tanto é a partir destas compreensões do território como um espaço em que as relações sociais é que lhe conferem forma que este estudo se ampara.

Fronteira agrícola

Lia Osório Machado em *A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira* (1992) discorre um percurso teórico de como o conceito de fronteira emerge nos escritos do historiador norte-americano Frederick Turner (1893) e de que forma este conceito é tomado como bússola por alguns autores brasileiros. A definição de fronteira herdada de Turner (op. cit.) está ligada ao sentido de povoamento e colonização, pois apoiando-se genericamente em termos, segundo a autora, emprestados da Biologia e da Geografia, os estudos do historiador associavam a noção de “espaços vazios” ou “espaços abertos” ao povoamento (Machado, 1992).

Na discussão da fronteira *turneriana* encontrava-se a ideia de modernização equiparada e/ou gerada a partir da “teoria dos germes”. Em tese, as concepções que regem as situações biológicas, seriam na visão do autor análogas aos povos e instituições e facilmente germinadas nas áreas “selvagens” e daí, portanto, negando a existência indígena que não estavam incorporados à uma ideia

de civilização que estava sendo gerada neste contexto, de forma a justificar a negação destes povos (Machado, 1992).

São destas heranças que o Plano de Integração Nacional (PIN) se empodera e reaviva as discussões de “fronteira móvel”, “espaços vazios” e “válvula de escape”, para uma proposta de integração da região amazônica ao restante do país em um *slogan* que facilmente parecia justificável: “Terras sem homens para homens sem-terra” durante o governo do presidente Emílio Médici (1969 – 1974).

Nessas concepções a fronteira agrícola seria um lugar onde é possível a criação do “novo” e seria também um processo que cria a expectativa ou a possibilidade de melhor padrão e qualidade de vida para a população rural, em sua maior parte marginalizada e/ou sem possibilidade social ascendente no lugar de origem. As fronteiras agrícolas das últimas décadas estão localizadas em áreas de floresta tropical, savanas úmidas e secas e campos (Machado, 1992).

O sociólogo José de Souza Martins em *O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira* (1996) esclarece que a fronteira é o lugar da alteridade e por assim o ser é também lugar de descoberta do outro e de desencontro. Elucida ainda que o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (Martins, 1996).

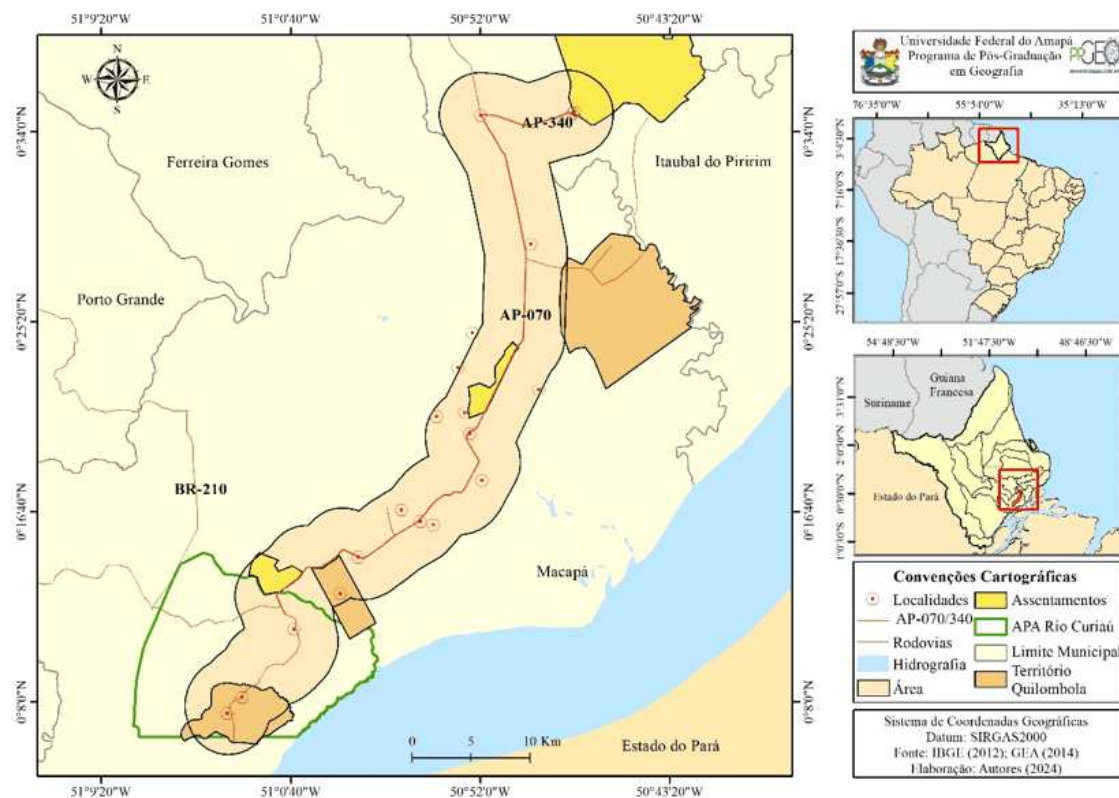
Daí a discordância do autor para com os geógrafos que apresentaram olhar dirigido e contribuíram para a propagação de termos como “*frente pioneira*”, advindo também das ideias *turnerianas*, remetendo à expansão violenta transvestida no ideal do novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social (Martins, 1996, p. 29). Essas ideias reforçaram os discursos sobre o modo de ver a Amazônia e os amazônidas, consolidando ciclos de exploração de seus recursos, seu solo, subsolo e seu povo.

Também reforça Bernardes (2022) apontando que o discurso sobre a forma de ver um lugar ou de um mesmo olhar sobre ele define a fronteira e neste contexto capital e Estado assumem um papel fundamental na produção dos lugares.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Área de estudo

O estudo ocorre no que se intitulou de área de influência das rodovias estaduais AP-070/AP-340 situada entre a margem esquerda do rio Curiaú (município de Macapá) até a Vila Curicaca (município de Itaubal). A poligonal possui diâmetro de sete quilômetros com extensão de sessenta quilômetros (Figura 1).

Figura 1 - Localização da área de estudo

Fonte: Autores (2024)

Esta área caracteriza-se pela forte ocupação por diversas comunidades, sendo ribeirinhas, quilombolas, assentamentos de reforma agrária³, que possuem práticas distintas das novas relações que vem se impondo através das atividades do agronegócio.

Os solos são do tipo Latossolo Amarelo Distrófico (LAd) que são solos profundos, de coloração amarelada, perfis muito homogêneos, com boa drenagem e baixa fertilidade natural em sua maioria (IBGE, 2007). O relevo é plano e suave ondulado, justificando assim os monocultivos.

Embora a condição fundiária destas áreas seja ainda muito instável, as recentes atividades do agronegócio acabam impondo a estes lugares uma nova forma de relação com territórios até então entendidos e vividos de maneira particular por cada um destes grupos, considerando suas construções históricos-sociais.

Materiais e Métodos

No âmbito do levantamento teórico fundamentou-se o estudo em território e fronteira agrícola

³ Na área de estudo existem três assentamentos federais, são eles de norte a sul, respectivamente: Itaubal, Raimundo Osmar Ribeiro e Santo Antônio da Pedreira. Há ainda um assentamento estadual: PA Josimo, porém não foi abarcado durante o estudo, realizado entre os anos de 2021 e 2023.

com vista ao embasamento das discussões. Os dados de uso e cobertura da terra foram adaptados⁴ do projeto do Projeto MapBiomass que são disponibilizados gratuitamente através do site do projeto, também podendo ser utilizados de forma online através de plugins em softwares livres, como é o caso do Qgis, em que os processamentos deste trabalho foram executados. Tais dados são uma ferramenta para a quantificação das mudanças de uso e cobertura, fornecendo assim as informações dessa multitemporalidade das alterações na paisagem.

Após a obtenção de todos os anos a serem trabalhados, foi feito o recorte da área de estudo através da ferramenta *Clip*. Vale ressaltar que é necessário um ajuste do sistema de coordenadas, o ideal é que se use o *Datum Sirgas 2000*; pois trata-se do *datum* oficial da América do Sul. Ainda na versão *raster*, foi importada a legenda do projeto e em seguida efetuado o processo de vetorização do dado. Com o vetor, foi criado um campo área na tabela de atributos do software e em seguida foi efetivado o cálculo da geometria e demais processos de análise.

Com os dados de uso e cobertura foram produzidos mapas para os anos de 2000, 2010 e 2021, para posteriormente efetivar o cálculo das geometrias, obtendo assim a área equivalente à cada classe. Para a área de estudo, após a extração, restaram dez classes, são elas: Formação Florestal, Formação Savânica, Silvicultura, Campos Alagados, Formação Campestre, Pastagem, Área Urbana, Hidrografia, Soja, Outras Lavouras Temporárias.

Na legenda utilizada pelo MapBiomass, por se tratar de uma classificação cujo detalhamento é médio, as áreas de Savana (Cerrado) foram classificadas como Formação Campestre, o que se comprovou ao sobrepor as informações da classificação com o arquivo do cerrado mapeado por uma equipe de profissionais de diversas instituições do estado durante o ano de 2016.

Embora conceitual e estruturalmente estas formações apresentem ambientes distintos, neste caso específico, devido equivalência comprovada na maior parte, houve o agrupamento das classes Formação Campestre e Formação Savânica, e nomenclatura para ambas ficou como Formação Savânica.

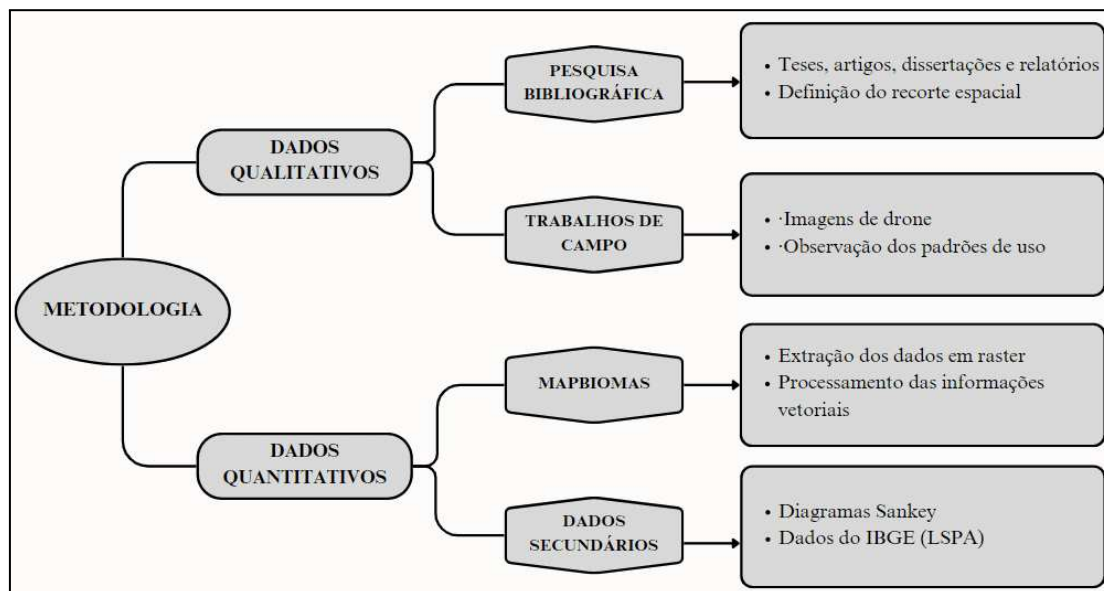
Foram utilizados ainda a exibição das taxas de fluxo das classes de uso e cobertura da terra através do Diagrama Sankey, que possibilita essa explanação na medida em que as setas expõem a intensidade da transição entre as classes (CUBA, 2015). Estes diagramas foram elaborados apenas para as classes de savana e pastagem, considerando que são as que mais se destacam na transição no período analisado.

Portanto a natureza desta pesquisa ampara-se em uma abordagem quali-quantitativa, pois “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos

⁴ O termo adaptado refere-se ao fato de que houve agrupamento de classes e por isso não foram adotadas as cores originais do projeto.

mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

Fluxograma 2 - Localização da área de estudo



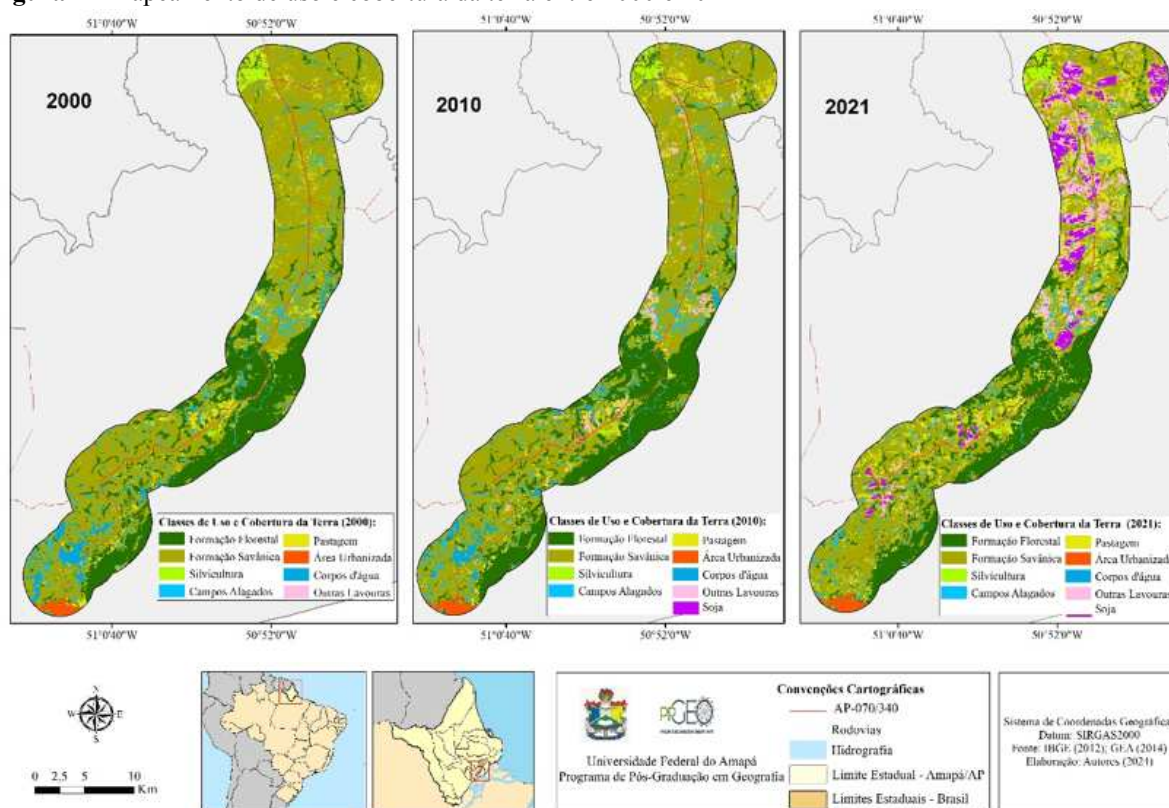
Fonte: Autores (2024)

Considerando a importância da visão geral do trabalho o (Fluxograma 2) apresenta a descrição das etapas adotadas para a realização desta pesquisa, porém, cabe ressaltar que embora as análises quantitativas centram-se dentro da temporalidade de 2000 a 2021, a análise qualitativa dos fatos segue até o presente, justificando assim a não estaticidade dos processos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise das principais transições do uso e cobertura da terra entre os anos de 2000 e 2021

Neste estudo a temporalidade para a extração, tratamento e análise dos dados de uso e cobertura da terra centra-se entre os anos de 2000, 2010 e 2021. Mediante análises temporais dos dados constatou-se que houve uma redução da cobertura vegetal de savana ocasionada pela ação antrópica, neste caso diretamente relacionado ao cultivo de grãos. Na Figura 2 observam-se os avanços da atividade monocultora em um trecho das rodovias estaduais AP-070 e AP-340, em que a porção norte da área possui as alterações mais intensificadas, sobretudo, a partir do ano de 2010.

Figura 2 - Mapeamento de uso e cobertura da terra entre 2000 e 2021

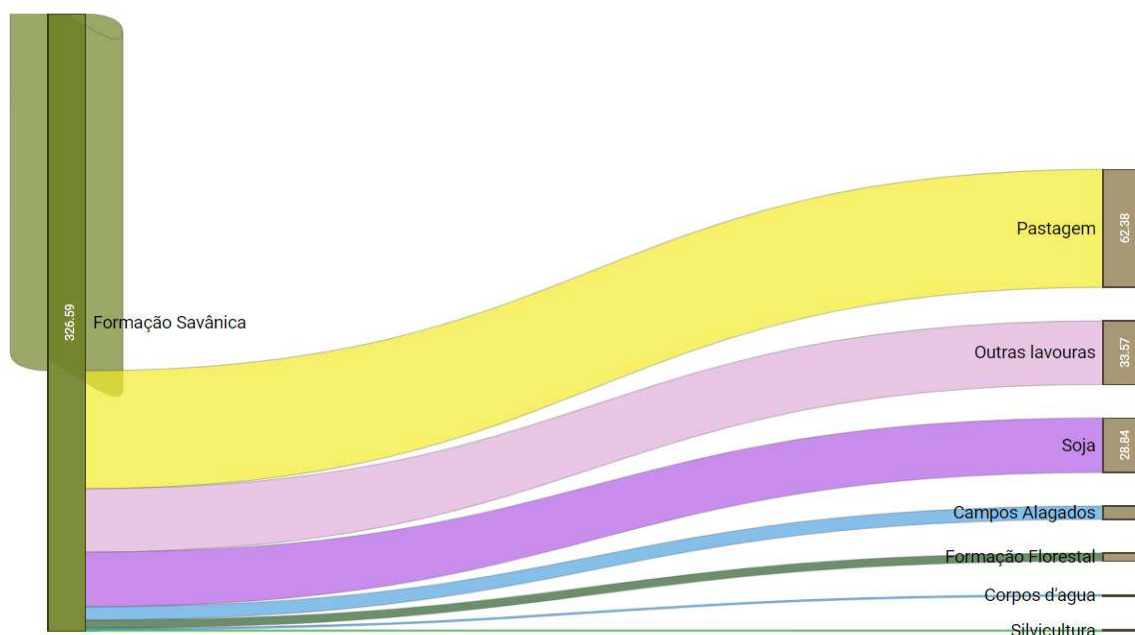
Fonte: Autores (2024)

No ano de 2000 as margens das rodovias ainda não estavam plantadas por grãos, daí se observa a estabilidade da vegetação natural, assim como a presença tímida da classe de *Pastagem* e neste período a classe *Formação Savânica*, representava 59,89% da área de estudo. Comparando com o ano de 2010 houve uma redução de 12,66 km². Em 2021 a classe representava 40,63%, o que significa que entre 2000 e 2021 houve uma perda de 105 km² sendo destinados às classes de monocultura, destacando-se soja e milho como as principais culturas. Concordando nesse sentido Moraes et al. (2022) que apontam para o aumento da classe cultivo de grãos no ano de 2005 em um trecho da bacia do rio Pedreira, em uma relação de 0,89% para 5,22% de ocupação de área (p.2467).

Mediante isto, é imperativo supor que esta redução não se limita à vegetação em si, com todas as perdas de biodiversidade que possam ocorrer, mas, sobretudo, às sobreposições que estes usos implicam e de que forma estas terras estão sendo incorporadas à esta expansão, visto que há forte entrave para estes cultivos dadas as condições fundiárias do Amapá.

A classe *Formação Savânica* cedeu área para outras classes durante o período, em que se observa que a classe de *Pastagem*, seguida de *Outras Lavouras* e *Soja*, foram as que mais estiveram presentes na destinação destas áreas (Figura 3):

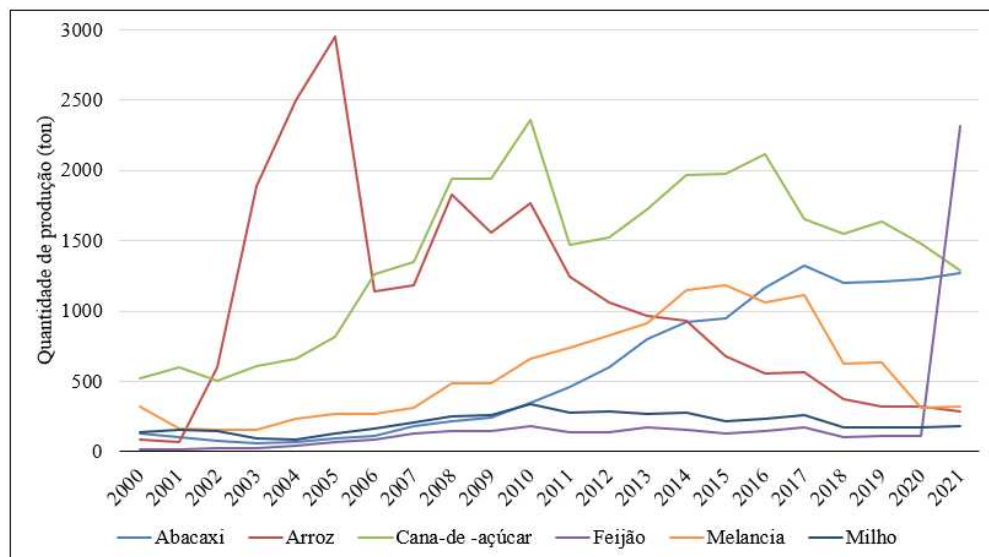
Figura 3 - Principais transições da classe Formação Savânica



Fonte: Autores (2024)

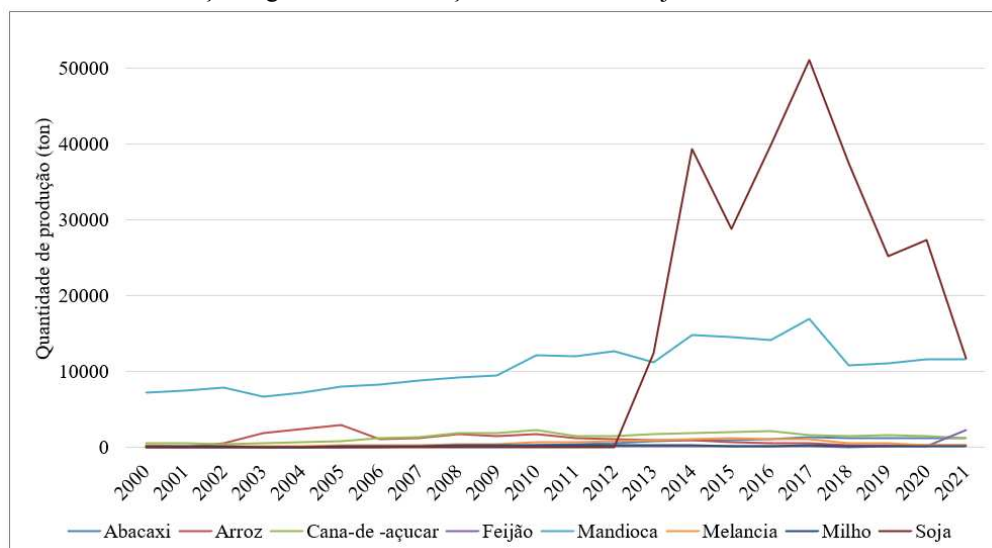
Conforme se pode observar na figura há um aumento da classe de pastagem, mas é importante frisar que dependendo do período do mapeamento, esta classe pode estar relacionada a áreas de monocultivos em recente processo de colheita; pois a resposta espectral pode ser semelhante a um pasto sujo ou mesmo uma regeneração com aspecto de pasto.

Segundo Lima et al. (2022) nos primeiros anos da década de 2000 há destaque para o cultivo de arroz às margens das rodovias AP- 070 e AP-340, no entorno do rio Macacoari e nos anos seguintes estas lavouras se expandiram em direção à Bacia do Rio Pedreira. Como se pode verificar no (Gráfico 1) esse cultivo inicia um período de ascensão a partir do ano de 2001, configurando-se em uma espécie de “amansador da fronteira”, tendo uma breve permanência em crescimento, atingindo em 2005 quase 3 mil toneladas, porém a partir do ano de 2010 houve um declínio contínuo da cultura.

Gráfico 1 - Produção agrícola de Macapá e Itaubal entre 2000 e 2021

Fonte: Autores (2024) a partir de dados LSPA (IBGE, 2020)

No (Gráfico 1) se observa ainda a distribuição das demais culturas que são oriundas da agricultura familiar. Essas culturas não somente compõem a dieta como também a renda destas famílias, que comercializam seus produtos tanto às margens das rodovias como em feiras livres na cidade de Macapá.

Gráfico 2 - Produção Agrícola com inserção da cultura de soja entre 2000 e 2021

Fonte: Autores (2024) a partir de dados LSPA entre os anos de 2000 e 2021 (IBGE, 2020)

Por outro lado, o (Gráfico 2) inclui a produção de soja no estado que embora haja relatos que desde 2004 começa a ser plantada no Amapá, é apenas em 2013 que o IBGE registra a primeira safra com 12.906 toneladas colhidas.

A classe de *Pastagem* aumentou significativamente entre o período de 2000 e 2021 (Tabela 1), se em 2000 a área era de 31,56 Km² em 2021 houve um salto para 85,34 Km² representando assim um aumento de 51,66 Km², ou seja, a área desta classe mais que dobrou neste intervalo.

Tabela 1 - Mapeamento de Uso e Cobertura entre os anos de 2000 e 2021

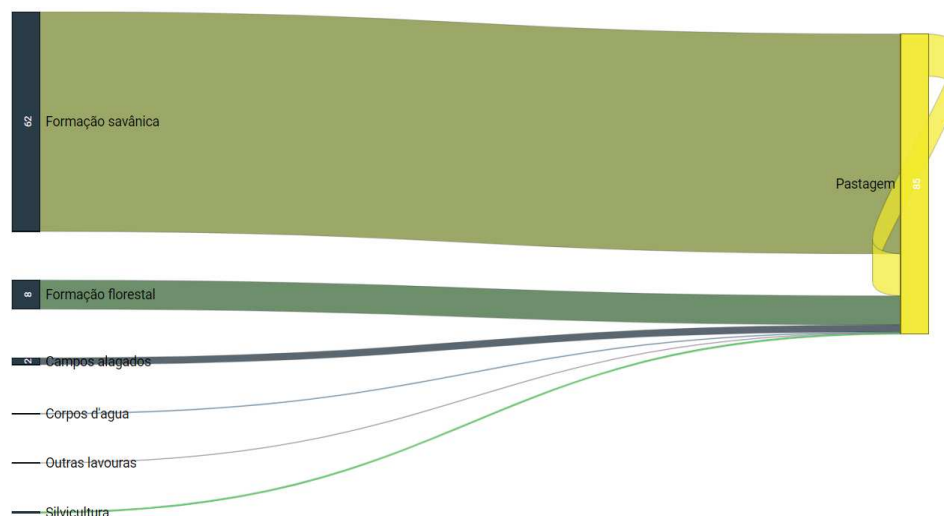
Fonte:	Usos	2000 (km²)	%	2010 (km²)	%	2021 (km²)	%
	Silvicultura	6,93	1,27	6,99	1,28	7,09	1,30
	Formação Savânica	327,28	59,89	314,62	57,57	222,25	40,63
	Pastagem	31,56	5,78	33,68	6,16	85,34	15,61
	Formação Florestal	126,03	23,06	127,87	23,40	123,01	22,51
	Campos Alagados	29,79	5,45	28,63	5,24	26,61	4,87
	Rio, Lagos	20,02	3,66	16,49	3,02	3,57	0,65
	Lavouras						
	Temporárias	0,42	0,08	13,22	2,42	41,67	7,62
	Área Urbana	4,46	0,82	4,60	0,84	4,65	0,85
	Soja	0,00	0,00	0,39	0,07	32,32	5,91
	Total	546,49	100,00	546,49	100,00	546,49	100,00

Autores (2024) a partir de dados MapBiomias (2000, 2010 e 2021)

O aumento de áreas de *Pastagem* exposto na (Figura 4) está relacionado principalmente com as alterações na classe *Formação Savânica*, que cedeu cerca de 62 Km² para esta classe. Destaca-se também a perda rasa de área de floresta em fluxo ao crescimento das pastagens.

No período analisado, a produção de grãos no estado, mais especificamente a soja, foi experienciada a partir de estudos realizados no CEC durante o período de seis anos agrícolas. Neste experimento avaliou-se o desempenho, a estabilidade e a adaptação de cultivares de soja na porção de cerrado estadual. Assim em 2004 os debates acerca desta produção se intensificam no Amapá (Yokomizo; Silva Neto; Arias, 2018, Lima *et al.*, 2022).

Figura 4 - Diagrama Sankey com as principais transições de uso e cobertura da terra na classe Pastagem entre os anos de 2000 e 2021



Fonte: Autores (2024).

Considerando o exposto, ao verificar as culturas de *Soja* e *Outras Lavouras Temporárias* é possível perceber o aumento ocorrido no ano de 2021, o que representou cinco vezes maior que a produção do ano 2010. Logo, as margens das rodovias estão sendo cada vez mais preenchidas ou mesmo sobrepostas por essas novas culturas, processo este que faz uma demarcação territorial por meio de instrumentos que usualmente não eram comuns no cotidiano dos moradores tradicionais, como por exemplo, cercas elétricas (Figura 5):

Figura 5 - Demarcações no cerrado amapaense. Legenda: (A) Área extensa cercada no assentamento Raimundo Osmar; (B) Placa de licença emitida pela SEMAM; (C) Placas indicando cercamento elétrico



Fonte: Trabalho de Campo (2021).

Ao propor uma discussão acerca das mudanças de uso e cobertura da terra nestas áreas, há condordância com Carmo, Barreira e Miranda (2020) que consideram que a principal consequência da apropriação das terras do Amapá pelo grande capital é a mudança na forma de uso e ocupação das terras. Em que este uso não somente se espalha sobre o solo como também se impõe através de uma

forma diferenciada de relação com a terra e ou com o sentido de propriedade.

A imposição jurídica da propriedade privada aqui se constrói enquanto uma estratégia de controlar o espaço, portanto, o território. Isso leva a inferir que alardear um discurso de que o cerrado amapaense era um espaço vazio, reforçou o entendimento deste ambiente enquanto uma fronteira de recursos, valendo-se da fragilidade e morosidade dos processos de destinação das terras ao estado e reproduzindo assim a acumulação através da incorporação destas novas atividades.

Essa ideia socialmente construída acaba por reduzir a conservação deste ambiente, assim como minorar as causas das comunidades tradicionais presentes no interior deste, fornecendo ao estado as ferramentas necessárias para a permissividade à expansão destas atividades sem devida salvaguarda de direitos constitucionais.

Durante os trabalhos de campo realizados entre os anos de (2021-2023) foi possível verificar que existem localidades que apresentam dificuldade de acesso pelo fato de estarem “cercadas” por porteiras, é o caso da comunidade Boa Vista da Pedreira, em que os moradores foram desapropriados em conflitos por terra. Infere-se que aí imperam as velhas estratégias de controle territorial àquelas relacionadas à diversas violências.

Essas violências retratadas revelam os conflitos na forma de apropriação da terra. Um mecanismo utilizado para driblar a lei e que ocorre corriqueiramente no cerrado, é o parcelamento de terras, discordando da legislação ambiental no que concerne à Resolução 001/86 do CONAMA que rege acerca de diretrizes gerais para atividades que necessitam de devido Estudo de Impacto Ambiental e posteriormente Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Dentre as atividades modificadoras do meio ambiente que necessitam deste estudo está o inciso acrescentado pela Resolução CONAMA nº 11, de 18.03.1986, em que constam: Projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental.

No que concerne à outras atividades realizadas às margens das rodovias, entre a comunidade Ressaca da Pedreira até o município de Itaubal do Pírim se observou poucas propriedades desenvolvendo agricultura com plantação de hortaliças destinadas ao abastecimento interno com emprego de mão-de-obra dos moradores das redondezas, o que pode fortalecer a necessidade de abastecimento externo, como se pode notar Figura 6.

Figura 6 - Desembarque de cargas no porto de Santana - AP

Fonte: Autores (2024).

O porto de Santana é um terminal hidroviário que recebe um fluxo constante de pessoas e mercadorias advindas de várias localidades do estado do Pará⁵, destacando-se entre a cidade média de Santarém e a capital do estado do Pará, Belém. A Figura 6⁶ mostra essa realidade diária com a recepção e descargas dessas mercadorias.

Vale ressaltar ainda que as atividades monocultoras necessitam de pulverização aérea de agrotóxicos que pode causar danos à saúde dos moradores que residem nas comunidades próximas, incidindo negativamente também nas plantações das cercanias, uma vez que os herbicidas utilizados durante a pulverização podem desconcentrar as pragas para as áreas que não tem esse resguardo. De acordo com pesquisa realizada por Bombardi (2017) o modelo de produção baseado em exportação por *commodities* tem levado a uma necessidade de se produzir cada vez mais nos países que se apresentam permissivos ao uso de agrotóxicos.

Até o presente não se teve acesso a nenhum documento que permita a utilização desta forma de intervenção agrícola, portanto se acena também para possíveis riscos e ou impactos aos quais essas

⁵ De acordo com Amaral (2013) há um fluxo constante de pessoas e mercadorias entre as cidades citadas, incluindo ainda Breves e Manaus, porém durante o estudo não foi possível a quantificação das cargas transportadas nas embarcações. Com relação à Belém e informações coletadas na Central de Abastecimento do Pará (Ceasa), o autor destaca a comercialização aproximadamente 450 toneladas/semana. Destaca-se ainda que o Amapá não dispõe de uma Central de Abastecimento dificultando, portanto, a contagem destes produtos.

⁶ Não houve enumeração das imagens que compõem a figura; tanto pela ideia de formar um mosaico que represente esse fluxo quanto por não identificar as embarcações e /ou pessoas por motivos éticos. Todas as imagens foram geradas em 07 out 2024.

populações vêm sendo expostas por tais procedimentos. Nesse sentido, configura-se o que Porto-Gonçalves (2006) definiu como uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos, onde a população segue sendo atingida de inúmeras formas por ações externas.

Assim, este estudo revela que houve relação entre as alterações na cobertura vegetal das áreas de savana do estado do Amapá diretamente relacionadas ao cultivo de grãos, ocorrido principalmente às margens das rodovias AP-070 e AP-340. Os dados de uso e cobertura da terra indicam a redução destas áreas e os trabalhos de campo permitiram a validação de tais respostas espectrais, mostrando as mudanças tanto nas estruturas físicas (cobertura vegetal) quanto nas destinações da terra (uso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Amapá construiu-se a narrativa de que adotar as atividades do agronegócio trará emprego e renda à população, porém a escolha por *commodities* não se configura como alternativa viável para isto; pois considerando que a trajetória do agronegócio ocorre mediante perpetuação de pobreza e negação de direitos, uma vez que concentra terra e renda, se firma nesse discurso um entrave moderado para o acesso à terra por parte das pessoas que de fato possuem o direito à posse.

A forma como a expansão da fronteira agrícola se impõe, também mostra que converter alimentos a uma cadeia de *commodities* pode expor parte da população dos assentados ao assistencialismo. Hoje, parte considerável dos alimentos primários que abastecem as feiras do estado, como: verduras, farinhas, rações, pescados são provenientes de outras cidades, principalmente do estado do Pará, como Belém e Santarém, por exemplo. Isso reforça o que alguns autores estão debatendo há certo tempo: que não há políticas que abarcam os assentados e esta falta de assistência aos assentamentos de reforma agrária enfraquece sua fixação nos lotes e acaba refreando o reconhecimento de seus direitos.

Diante da questão de como as mudanças de uso e cobertura da terra entre os anos de 2000 e 2021 organizam a produção do território em um trecho das rodovias estaduais AP-070 e AP-340, a pesquisa mostra uma relação direta entre a expansão da fronteira agrícola e a redução das áreas de savana. A classe de Formação Savânica que possuía no ano de 2000 um total de 327,28 Km² em 2021 reduziu para 222,25 Km², ou seja, houve uma diminuição de 105 km² sendo destinados às classes de monocultivos. Essa redução traduz-se tanto em dimensões físicas; com a saída de moradores de suas localidades de origem, seja por pressões com produtores, seja por desemprego, entre outros e ocorre também em dimensões simbólicas; pois há territórios que não podem mais ser acessados por pertencerem aos produtores.

Assim, como discutido e apresentado durante este estudo há uma questão concernente aos territórios constituintes da área de influência das rodovias AP-070 e AP-340: são territórios heterogêneos que podem estar sendo conduzidos a um processo de homogeneização catalisado pelo

agronegócio. Embora considere-se que o território não pode esvair-se em totalidade; pois ele constitui-se e recebe legitimidade em dimensões simbólicas, vividas, há claramente uma tentativa de torná-los cada vez mais uma coisa só. Entretanto estas populações embora acuadas, seguem lutando, seguem re(existindo) e buscando a perpetuação de suas trajetórias.

Diante do exposto, constata-se que o aumento da demanda energética a nível global é um processo que em escala local desencadeia na busca por novas terras para atender essa necessidade e este processo incide em apropriação de terras já ocupadas, destinando-as aos monocultivos. Ressalta-se ainda que todos os aparatos e discursos envolvendo a incorporação da fronteira agrícola partem de uma simetria entre capital e Estado e nesse enlace surgem diversas articulações desveladas em leis, modificação de órgãos fundiários e políticas em geral para legitimar o avanço da fronteira agrícola amapaense.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras. 10ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- AMARAL, M. D. B. (2013). As relações estabelecidas entre a metrópole de Belém e a cidade média de Macapá (AP). *Confins. Revista franco-brasileira de geografia*. Vol. 17. Paris, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8242?lang=fr>. Acesso em: 13 out 2024.
- BERNARDES, J. A. Expansão do agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 60-73, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63233>. Acesso em: 05 mai 2023.
- BOMBARDI, L. M. Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 08 out 2024.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 11, de 18.03.1986.
- BRASIL. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. O livro branco da grilagem de terras no Brasil. Brasília: MPFDA.1999.
- CARMO, E.; BARREIRA, C.; MIRANDA, C. Os mecanismos de consenso e coerção em torno do projeto de desenvolvimento hegemônico no Amapá. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 13, n. 2, p. 253-270, jul./dez, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/9d54ad41-99d5-443c-95be-0280b9710e46/content>. Acesso em: 08 out 2024.
- CHAVES, P. R. “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. In: *CPT Cadernos. Conflitos no Campo Brasil 2020*. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t1d00105.pdf>. Acesso: 16 out 2024.
- COSTA NETO, S. Fitofisionomia e Florística de Savanas do Amapá. Tese – Doutorado em Ciência Agrária/Agrossistemas da Amazônia – Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental. UFRA/EMBRAPA. Belém, 2014. 86p. Disponível em:

<http://www.iepa.ap.gov.br/biblioteca/tese/2014/tese-salustiano-costa-neto-fitofisionomia-floristica-savanas-amapa.pdf> . Acesso em: 16 out 2024.

CUBA, N. Research note: Sankey diagrams for visualizing land cover dynamics. *Landscape And Urban Planning*, Worcester, v. 139, p. 163-167, 2015.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico de Pedologia. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IEPA, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá. Macrodiagnóstico do Estado do Amapá – Primeira Aproximação do ZEE. 3ª ed. ver. ampl. Macapá: IEPA, 2008. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/macrodiagnostico.pdf> . Acesso em: 16 out 2024.

KNECHTEL, M. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Intersaberes, Curitiba, 2014.

LAMEIRA, A.M. T; LIMA, R.Â.P; DO CANTO, O. Soja e logística de exportação no contexto de uma nova reestruturação regional no Amapá. In: Tópicos em Ciências Sociais. 1ª edição-Belo Horizonte, Poison, 2020. Disponível em: https://www.poisson.com.br/livros/ciencias_sociais/volume5/Tópicos_em_Ciências_Sociais_Volume_5.pdf . Acesso em: 16 out 2024.

LIMA, R.Â.P; AMARAL, C. F. A.C.; CANTO, O.; LAMEIRA, A. M.T. A produção da nova fronteira da agricultura mecanizada no Amapá. *Confins*. Vol. 57. Paris, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/49132#:~:text=O%20Amap%C3%A1%2C%20com%20um%20aumento,soja%2C%20para%20a%20Amaz%C3%B4nia%20brasileira> . Acesso em: 15 out 2024.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, 54(2), 27-55, 1992.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Soc. USP*, São Paulo. P 25-70, maio de 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141/88825> . Acesso em: 08 out 2024.

MORAES, J.; MIRANDA, Z.; MACHADO, D. S.; SILVA JUNIOR, O. M.; BAIA, M. M. Modificações da paisagem e expansão do cultivo de grãos em área de savana no estado do Amapá. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 15(5), 2463-2474, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/253134> . Acesso em: 08 out 2024.

OLIVEIRA, A. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F.A.; DAMIANI, A. L.; OLIVEIRA, A. U. et all. (Orgs.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. A mundialização da agricultura brasileira. 1ª edição. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

PORTO-GONÇALVES, C.W. A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Amazônia Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. Disponível em: <https://ipdrs.org/libros/amazonia-encruzilhada-civilizatoria/> . Acesso em: 08 out 2024.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Ed. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 266p.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, R. Estado, Políticas Públicas e Agronegócio na Amazônia Legal: Uma análise a partir dos conflitos sócio-territoriais. *Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV - (3)*: Janeiro /Dezembro, 2020.

Disponível

em:

https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-25.pdf .

Acesso em: 08 out 2024.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 77-116.


SOUZA, M. J. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

YOKOMIZO, G.; SILVA NETO, S.; ARIAS, C. Estabilidade e Adaptabilidade de Cultivares Comerciais de Soja no Cerrado Amapaense. *Revista Scientia Rural*. Paraná, 17ª edição. Jan/Jun/2018. Disponível


em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/196384/1/CPAF-AP-2019-Estabilidade-adaptabilidade-de-cultivares-comerciais.pdf> . Acesso em: 08 out 2024.


SOBRE OS AUTORES

Carla Fernanda Andrade Costa Amaral  - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará, mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá. Atualmente é professora da educação básica, Secretaria de Estado da Administração.

E-mail: carla.fernanda2301@gmail.com

Ricardo Ângelo Pereira Lima  - Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1994), Mestrado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2000), Doutorado em Geografia Humana - Universidad Autónoma de Barcelona (2004) e Doutorado em Géographie et Aménagement - Université de Toulouse II (Le Mirail) (2004). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Dinâmicas Territoriais, atuando principalmente nos seguintes temas: Amapá, Amazônia, Políticas Públicas, sustentabilidade, meio ambiente, gestão ambiental pesqueira e desenvolvimento territorial. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

E-mail: ricardo@unifap.br

Orleno Marques da Silva Júnior  - Doutor em Planejamento Energético do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em geografia pela Universidade Federal do Pará, especialista em Geotecnologias (Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento) pelo Instituto de Ensino Superiores da Amazônia, graduado em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Pará e Técnico em Sensoriamento Remoto - Instituto Federal do Pará - IFPA. Atua na área análise de geotecnologias, riscos, monitoramento e gestão ambiental. É pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, (IEPA), professor do curso de Engenharia Agrônoma da Universidade do Estado do Amapá (UEAP); Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá (PPGEO/UNIFAP) e avaliador de vários periódicos nacionais e internacionais.

E-mail: orleno@ppe.ufrj.br

Data de submissão: 20 de julho de 2025

Aceito para publicação: 15 de agosto de 2025

Data de publicação: 11 de setembro de 2025